

Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural realizada em 13 de novembro de 2019		
1ª CHAMADA		14h
2ª CHAMADA		14h50min
FINAL		18h17min
Conselheiro(a)s Sociedade Civil	Titulares	Adélia Colier (Desing e Moda), Altair Leal (Cultura Popular de Matriz Ibérica), Jocimar Gonçalves (Movimentos Sociais), Justino Passos (Audiovisual), Maria do Livramento Aguiar (Artesanato), Masayoshi Mtsumoto (Gastronomia), Modesto Lopes (Sertão); Paula de Renor (Teatro); Virgina Anghinoni (Produtores Culturais)
	Suplentes	Nivado Jorge da Silva (Artesanato)
Conselheiro(a)s Poder Público	Titulares	Christiany Albuquerque (Secretaria da Mulher),
	Suplentes	Christiany Albuquerque (Secretaria da Mulher), João Allyson (Universidade Estadual de Pernambuco), Silvana Meireles (Secult) e Severino Pessoa (Fundarpe)
Equipe Técnica		Taciana Portela – Gerente de Formação
Ouvintes / Convidados		
Composição de mesa		Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural, Jocimar Gonçalves e Vice Presidente Christiana Albuquerque
Abertura da reunião		
Pauta	Votações	Encaminhamentos
1. Informes 2. Andamento das Comissões 3. Documentos recebidos e enviados 4. Esclarecimento sobre a revisão da Lei 16.454/2018 foi convidada toda a comissão 5. Esclarecimentos sobre os constantes atrasos de pagamento do Funcultura 6. Repasse da reunião com Secretário de Cultura 7. Eleição para os seguimentos vacantes no CEPC-PE 8. Criação do 1º Fórum de Conselhos de Cultura de Pernambuco		1. Para próxima reunião esclarecimentos sobre os constantes atrasos de pagamento do Funcultura 2. Cada comissão setorial se reunir com seu coordenador que é o conselheiro, marcar uma agenda com Funcultura.
1. Informes 2. Andamento das Comissões 3. Documentos recebidos e enviados	Justino Passos questionou a situação do edital Fo Funcultura Audiovisual. Silvana Meireles informou que todas as decisões foram tomadas com a participação do Conselho Consultivo do audiovisual, a situação atual são tratativas com Agência Nacional do Cinema – Ancine seguido as tomadas com a sociedade civil através do Conselho Consultivo do audiovisual. Esta é a instância que dialogamos prioritariamente para tratar do edital do Funcultura Audiovisual é inteirada de todas as novidades tanto da Ancine e do Governo Estadual. Não se deve haver preocupações quanto aos editais que em breve serão lançados, o que estar em risco são 15 milhões da Ancine.	

	<p>Minha proposta quando for feito o convite para reunião com Conselho Consultivo do audiovisual seja estendido para Conselho Estadual de Política Cultural em especial ao conselheiro do segmento do audiovisual, nesta ocasião será tratada, os lançamentos dos editais do Funcultura Audiovisual.</p> <p>Justino Passos pediu que o Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC acompanhasse essa tratativa com Ancine para os editais do Funcultura Audiovisual e o Presidente do CEPC também fosse a reunião do outro conselho.</p> <p>Jocimar Gonçalves confirmou a ida para repassar em momento oportuno a situação.</p> <p>Justino Passos pediu para divulgar, no CEPC, a carta Associação Brasileira de Documentaristas e Curtametragistas de Pernambuco – ABD que trata da integralização dos recursos do Funcultura.</p> <p>Paula de Renor compreendeu o pedido do conselheiro do segmento do audiovisual, Justino Passos, mas relatou, na última reunião ordinária do CEPC, quando esteve presentes membros do Conselho Consultivo do audiovisual havia entendido que tudo estava bem e agora há fatos novos. Pediu que quando ocorrer uma situação semelhante que conselheiro formalize em documento co histórico do que se passa no seu segmento.</p> <p>Silvana Meireles explicou que há dois segmentos que possuem conselhos próprios que são Conselho Consultivo do audiovisual e Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural. Depois da reunião do Conselho Consultivo do audiovisual esse assunto pode ser tratado no CEPC como pauta de uma reunião ordinária ou como reunião extraordinária, também estará presente representante do Conselho Consultivo do audiovisual.</p> <p>Nivaldo Jorge informou que será em breve lançado uma portaria da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - AD Diper que trata da composição da curadoria da Feira Internacional de Artesanato de Pernambuco – Fenearte. Nela o CEPC terá três assentos, sendo para artesanato e um para gastronomia.</p> <p>Jocimar Gonçalves completou a informação repassada pelo conselheiro, Nivaldo Jorge, que AD Diper sempre faz envio de solicitação mas ainda não chegou nada. Na próxima reunião, a plenária decidirá os nomes dos conselheiros que participaram da curadoria da Fenearte</p>
--	--

porém já havia uma pactuação quando houve esse espaço específico para segmento, seria ao conselheiro do respectivo segmento.

Tarciana Portela falou que ocorreu fórum chamado Pernambuco com ela que teve a representação desse conselho foi a Vice-Presidente Christiana Albuquerque. Essa atividade foi feita pela vice governadoria que instalou um grupo de trabalho - GT chamado mulheres no mercado de trabalho. Esse GT esta criando condições para funcionamento do programa Pernambuco com elas cujo papel é de mobilizar para juntar setores para debater a participação das mulheres. A reunião de ontem teve as participações de diversos gestores da Secretaria, alguns equipamentos que são organizações sociais como Paço do Frevo e Museu Cais do Sertão além de conselheiros do CEPC. Acabou tendo caráter transgovernamental a Vice Governadora, Luciana Santos, explicou que o objetivo do Programa é renda e emprego. No campo da cultura, não há muitos dados sobre PIB da cultura, especificamente informações sobre renda e emprego das mulheres na cultura. Essa questão de buscar os indicadores é muito importante, a experiência na área de audiovisual que houve uma indução para mulheres, nas funções de roteiristas e diretoras, nas produções de audiovisual fez ampliar o acesso das mulheres. A política de indução foi discutida com Conselho Consultivo do Audiovisual. Essa pesquisa de dados sobre as mulheres, no âmbito da cultura, será iniciada dentro do Funcultura e outras ações do Sistema de Cultura Estadual. Daí com esses indicadores formar uma base de informações sobre a cultura como foco no recorte de gênero.

Adélia Collier falou que ocorreu o Simpósio de Design Sustentável no Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife – Cesar.

Jocimar Gonçalves perguntou à Plenária se teria algum informe os integrantes das comissões constituídas no CEPC e foi dito que não. Em seguida falou do convite feito pela AD Diper para o CEPC indicar uma pessoa para integrar o grupo que irá analisar as propostas para Teatro Fernando Santa Cruz conforme acordado em plenária a indicação foi para conselheira, Paula de Renor.

Paula de Renor explicou que antes já tinha participado do grupo de trabalho que formulou o formato e pauta do Teatro Fernando Santa Cruz. Nesse grupo teve a

	<p>participação também do conselheiro Williams Santana.</p> <p>Jocimar Gonçalves que recebeu da comissão setorial de circo apoio para dia do palhaço e análise do segmento de circo quando ao Festival de Inverno de Garanhuns – FIG/2019. Quando Secretário Estadual de Cultura assumiu, pediu que todas demandas das comissões setoriais fossem repassadas para ele através da presidência do CEPC. O Conselho Estadual de Política cultural recebeu o convite para participar da reunião ordinária do Conselho Estadual de Cultura da Bahia e do ato de comemoração ao dia dos mártires de Búzio. Fui até a Bahia passei um relatório da minha ida. Relatou que Conselho Estadual de Cultura da Bahia não é deliberativo como CEPC, porém todos conselheiros recebem jetons no valor individual de R\$ 300,00 e cada reunião ordinária tem custo de R\$ 27.000,00 já que a maioria dos conselheiros são de outras regiões. A Secretaria Estadual de Cultura arca com todas as despesas que são passagens, hotel e jetons. Pude observar que o grande avanço do Conselho Estadual de Cultura da Bahia é articulação com os interiores. Diante do exposto ressaltou a importância de ter essas viagens para troca de experiências. É importante para não ter esse esvaziamento, nas reuniões, mobilização para remuneração dos conselheiros como ocorre com Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Outra situação que há comissão de preservação dentro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia e não dois conselhos como ocorre aqui.</p> <p>Altair Leal que também é conselheiro municipal, colocou que cada reunião recebia pelo comparecimento em cada reunião ordinária ou extraordinária R\$ 75,00 agora foi acrescido R\$ 145,83. O governo estadual devia se espelhar no governo municipal que paga jetons aos conselheiros. O Conselho Municipal de Cultura está com as inscrições abertas vai até dia 20.</p> <p>Jocimar Gonçalves colocou que estava no aguardo da conselheira da Zona da Mata, Andala Pereira, chegar mas ela não virá para repasse informe do Seminário do Cavalo Marinho ocorrido, no município de Condado, esteve presente Altair Leal, eu, Silvana Meireles, Gilberto Freyre, Marcelo Canuto e conselheiros do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural. Tivemos a participação de 69 representações de cavalo-marinho foi somente de um dia por causa da idade dos mestres e assim tê-los e escutá-los o cavalos marinhos ativo e estão a iniciar. O Conselho Estadual de Política Cultural através</p>
--	--

	dos funcionários da Casa de Oliveira fez convite a todos gestores municipais inclusive com ligações mas não houve interesse, única gestora municipal foi de Aliança.
5. Esclarecimentos sobre os constantes atrasos de pagamentos do Funcultura	
	Jocimar Gonçalves informou que Superintendente do Funcultura, Aline Oliveira, está acompanhado o processo de análise dos projetos do Funcultura de Música e estará na próxima reunião. Cada comissão setorial se reunir com seu coordenador que é o conselheiro, marcar uma agenda com equipe técnica do Funcultura para propor ajustes no edital do Funcultura.
6. Repasse da reunião com Secretário de Cultura	
	Jocimar Gonçalves que ele e Presidente do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, Aramis Macedo, estiveram com Secretário Estadual de Cultura para pedir ajudar para funcionamento do conselho. Desde da situação do auditório das nossas reuniões e no restante do equipamento. O Secretário pediu que os dois conselhos formalizasse em um só documento o que é necessário para funcionar. Também irá a solicitação de internet já que só tem dois modems, situação do mofo no local, telefone é um aparelho celular que só tem crédito para ligações na região metropolitana, os únicos banheiros que funcionam são do auditório e infiltrações. A Casa de Oliveira Lima ainda pertence a Secretaria Estadual de Educação e pedimos para ser oficialmente entregue para Secretaria Estadual de Cultura para fazer os devidos reparos. Pedimos também o apoio para realização do Fórum Estadual dos Conselhos de Preservação e Políticas Culturais de Pernambuco e precisamos ir até 184 municípios do Estado para verificar quais tem conselhos ou não. Vou acionar a comissão de articulação do CEPC para participar desse trabalho. Solicitou ter um carro para as atividades dos conselheiros de articulação e outras que possam surgir. Informou que o valor destinado, na Lei Orçamentária Anual – LOA será para próximo ano 30 mil reais para os três conselhos.
7. Eleição para os seguimentos vacantes no CEPC-PE	
	Jocimar Gonçalves explicou que há vários segmentos sem representação no CEPC. O regimento é claro que três faltas consecutivas ou cinco intercaladas sem justificativa o assento fica vago. É importante acionar mais a conselheira suplente de dança se há interesse em participar

	das reuniões como também do assento cultura popular de matriz indígena. Os assentos do poder público têm poucos conselheiros que comparecem assiduamente, o caso será de pedir as devidas substituições. Citou vacância nos segmentos fotografia, design e moda, produtores culturais e dança. Fará parte da Comissão Eleitoral Adélia Collier, Jocimar Gonçalves, Severino Pessoa, Virginia Anghinoni e Williams Santana o prazo para concluir processo será 31/01/2020.
8. Criação do 1º Fórum de Conselhos de Cultura de Pernambuco	
	Jocimar Gonçalves explicou que a idéia desse fórum surgiu no Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural desde do primeiro mandato. A proposta desse fórum é trazer os conselhos municipais para ter trocas de experiências e criar elos com Conselhos Estaduais atuantes. A comissão será composta de 4 conselheiros do Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC e 4 conselheiros do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, além da comissão de articulação do CEPC. Já compõem essa comissão Andala Pereira, Christiana Albuquerque, João Allyson, Gabriela Apolônio, Maria do Livramento, Teresa França e Williams Santana. A idéia é ir a cada município para saber qual tem conselho e se não tiver tratar com gestor municipal.
4. Esclarecimento sobre a revisão da Lei 16.454/2018 foi convidada toda a comissão	
	Teresa Amaral que é coordenadora da Comissão de Cachê historiou que foi proposto alterar a lei 14.104/2010 que não atendia as demandas dos grupos. Essa lei foi pensada para atender os grupos de cultura popular, mas o problema na contratação não é exclusivo dos grupos de cultura popular. Os grupos não conseguiam comprovar cachê essa lei veio para tentar minimizar a situação desses grupos e teve debates no CEPC. A lei 16.454/2018 foi feita pelos debates entre Secretarias Estaduais de Cultura e Turismo. Ela veio para alterar a lei 14.104/2010. Vou tratar agora sobre a definição de cachê e a instituição de uma comissão de cachê que define regras e critérios para contratação ou formalização de apoio a eventos relacionados ao Turismo como a Cultura. Tanto turismo como a cultura ambos podem fazer essas contratações. A composição de cachê são dois representantes da Secretaria Estadual de Cultura, 2 da Fundação do patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco e 1 representante da Secretaria de Turismo e Empresa de Turismo de Pernambuco - Empetur. Estes serão designados em

portaria, o período de vigência será de 1 ano, podendo ser renovado por igual período. O valor do cachê que essa comissão define não poderá ultrapassar 17mil e 600 reais como estabelece a lei federal 8.666/93. O maior valor até agora dado pela comissão foi 14 mil. Cada parecer técnico será fundamentado e levará em consideração o valor cultural e o conteúdo para comprovação deve ter no mínimo uma introdução para explicar qual é ação, o artista ou grupo cultural que estar sendo contratado, a cidade e a data de apresentação para comprovar documentos que mostrem o grau de consagração cultural. É importante constar, no parecer técnico, argumentos técnicos que embasem o valor do cachê a ser pago e busca cada assessoria de linguagem da Secretaria Estadual de Cultura e cada um dos setores que vai contratar é feito a solicitação de parecer que norteia o parecer da comissão de cachê.

Tarciana Portela perguntou que a Secretaria de Turismo e Empetur tem um assento, na comissão de cachê, por uma grande parte das atividades mas quando tem Festival de Inverno de Garanhuns. Eles participam também?

Teresa Amaral respondeu que a representação de turismo participa porque a comissão é conjunta. A representação da Empetur Mel Queiroz Nobre, titular e Caio Valente Figueira Torquato, suplente. Na primeira da comissão fui designada como coordenadora por um período de um ano para organizar processo, parecer e solicitei uma secretária para ajudar na dinâmica. A composição são Diego dos Santos Silva – Secult, Maria Teresa Santana Amaral – Secult, Andreza Jatobá Portella – Fundarpe, André Mendonça Brasileiro de Oliveira – Fundarpe e Mel Queiroz Nobre – Empetur como suplentes Júlio Sérgio de Barros Maia - Fundarpe e Caio Valente Figueira Torquato – Empetur.

Jocimar Gonçalves perguntou um caso hipotético caso tenha um grupo que considere o valor do cachê pago pouco e a comissão avalia acima. Esse mesmo grupo pode pedir novamente outra avaliação para aumentar cachê?

Teresa Amaral explicou que essa comissão não é uma revisão para revisão de cachê. Esta é feita pelo jurídico e pela presidência da Fundarpe. É uma comissão para definir cachê para quem não tem cachê ou quem tem problema nas comprovações de cachê. Já elaboramos 121 pareceres a diversidade de problemas que os grupos têm para comprovar o cachê. Todas as revisões de cachês são encaminhadas para Presidência da Fundarpe, os grupos

	<p>colocam a trajetória e explica o motivo de pleitear o aumento.</p> <p>Paula de Renor pediu para falar que grupo pode até um valor maior, mas a Fundarpe vai se guiar pelo máximo de valor pago por ela. Perguntou se um profissional que nunca deu uma palestra na vida, mas tem condição de ser palestrante e a convidou porém a Fundarpe vai pagar o evento. Essa situação hipotética vai para comissão de cachê?</p> <p>Teresa Amaral na vai para comissão de cachê porque todas as ações formativas foram para comissão de processo licitatório e orientou que não se trata de um cachê artístico já que a comissão só define cachê artístico. O parecer é dado pela gerência de formação nesse caso para permitir o pagamento.</p> <p>Jocimar Gonçalves falou que, no debate para criação dessa comissão, teria uma representação do CEPC. A proposta foi dada pelo ex-Secretário Estadual de Cultura de ter dois representantes do CEPC. A lei foi criada para aqueles que não têm como comprovar cachê. Minha pergunta aquele artista da periferia que toca rap que não tem como comprovar cachê e também não sai em jornal. Esse artista vai passar pela comissão de cachê?</p> <p>Teresa Amaral respondeu que a comissão pode avaliar essa situação. São muitos casos como exemplo citado e avaliamos os documentos apresentados e a partir daí o cachê.</p> <p>Paula de Renor perguntou quando tem três comprovações?</p> <p>Teresa Amaral neste caso é feito uma média de cachê, geralmente é feito com três notas e a média é o que pode ser contratado.</p> <p>Teresa Amaral falou que foram feitas 16 reuniões, a maioria dessas reuniões foram no Festival de Inverno de Garanhuns para definir cachês. Hoje estamos com 121 pareceres elaborados. Os pareceres por eventos: ciclo carnavalesco foram 4 pareceres, ciclo junino 26 pareceres, na Fenearte 9 pareceres, no Festival de Inverno de Garanhuns 61 pareceres, no Festival de Cinema de triunfo 1 parecer, na Semana de Patrimônio 1 parecer, para Espaço Pasárgada 1 parecer, apoios diversos da Secretaria Estadual de Cultura e Fundarpe foram 18 pareceres. Esses 121 por linguagens foram 46 pareceres de música, 35 de</p>
--	---

	<p>cultura popular, 15 circo, 9 literatura, 6 teatro e ópera, 3 de dança, 2 de artes visuais, 2 moda, 1 de fotografia, 1 coordenadoria de patrimônio imaterial e 1 do espaço Pasárgada. Os grupos têm que ter documentos através de empenho ou nota fiscal, não é aceito contrato com no mínimo de três comprovações. Será aceito até dois eventos que foram financiados pelo Governo de Pernambuco e a terceira tem que ser distinta. Esta em discussão essas normas porque há segmentos que só tem contratação pela Fundarpe.</p>
--	---